



# PROCESSO SELETIVO JUÍZES LEIGOS

## Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:

- Uma folha de respostas personalizada com seu nome para marcação das questões objetivas;
- Este caderno de questões contém **60 (sessenta)** questões objetivas, cada qual com cinco alternativas (a, b, c, d, e) e somente uma delas está correta.

2. Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências.

3. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva, você deve conferir seus dados pessoais e assinar o nome, apenas no espaço reservado, com caneta esferográfica azul ou preta.

4. O tempo disponível para esta prova é de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo de marcação na folha de resposta.

5. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas na folha de respostas. As marcações assinaladas no caderno de questões não serão consideradas.

6. A marcação no CARTÃO-RESPOSTA deve obrigatoriamente ser feita com caneta esferográfica **azul** ou **preta**. A alternativa escolhida deverá ser completamente marcada.

Marcação correta:  A      Incorreta:  A  B  C  D

7. Você poderá deixar o local de prova somente após decorridas **2 (duas) horas** do início da aplicação.

8. Não será permitido qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.

9. Não será permitido portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como utilização de relógios, de qualquer modelo, óculos escuros, acessórios como boné, gorro ou ainda de qualquer tipo lápis, corretor e borracha.

10. Ao término da prova, acene para chamar o fiscal e, entregue o caderno de questões, a folha de respostas e assine a lista de presença.

11. Ao sair da sala, ao término da prova, não será permitido ir ao banheiro. O candidato deverá se retirar imediatamente do local de prova.

12. Não será permitido que o candidato leve este caderno de questões. Após 03h de prova, será permitido que o candidato saia do local de prova com a folha de anotações - que será entregue durante a prova - para conferência de gabarito.

13. O caderno de questões e o gabarito preliminar serão disponibilizados na segunda-feira, dia 04/11/2024, no endereço eletrônico

<https://www.tjam.jus.br/index.php/juizes-leigos> cabendo recurso conforme os prazos e orientações estabelecidos no edital.

14. O envio dos títulos e acompanhamento das demais etapas é de inteira responsabilidade do candidato, devendo acompanhar as publicações no endereço eletrônico:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/juizes-leigos>



TEXTO 1

O que faz o juiz leigo?

*Agência CNJ de Notícias*

1 A figura do juiz leigo no Brasil é antiga, desde a época do Brasil Colônia. Sua  
2 atribuição, hoje, está prevista na Constituição Federal, de 1988, no contexto da criação  
3 dos juizados especiais. O inciso I do artigo 98 da Carta Magna informa que os juizados  
4 serão providos por juízes togados ou togados e leigos, permitindo, na prática, que os  
5 tribunais tenham autonomia para optar ou não pela institucionalização desse  
6 profissional.

7 Sete anos depois, a Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995) trouxe mais  
8 detalhes sobre as atribuições dos juízes leigos. Esclareceu que eles são auxiliares da  
9 Justiça, recrutados entre advogados com mais de cinco anos de experiência, que não  
10 podem exercer a advocacia perante os juizados enquanto permanecerem na função.

11 O juiz leigo desempenha algumas funções que antes apenas o juiz togado  
12 poderia exercer, entre elas, tentar a conciliação entre as partes – papel que também  
13 pode ser exercido pelo conciliador. O juiz leigo ainda pode ser acionado caso as partes  
14 aceitem resolver o conflito usando solução arbitral.

15 Na área cível, a Lei dos Juizados é expressa ao permitir que o juiz leigo faça a  
16 instrução do processo e apresente uma proposta de decisão, desde que tudo passe por  
17 supervisão final do juiz togado. Em qualquer situação, este pode fazer alterações ou  
18 ainda pedir àquele a realização de novos atos probatórios.

19 Já na área criminal, embora a Lei dos Juizados preveja a figura do juiz leigo, suas  
20 atribuições não ficam claras. Por esse motivo, juristas divergem sobre o papel do  
21 profissional – alguns acreditam que ele deve atuar apenas na composição cível, outros  
22 defendem que o trabalho possa se estender a outras fases processuais.

23 Os tribunais vêm lançando atos normativos específicos para regulamentar a  
24 atividade dos juízes leigos, recrutados por meio de seleção pública. Este profissional já  
25 atua em estados como Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e segundo  
26 magistrados togados, tem desempenhado importante papel na solução rápida dos  
27 litígios de menor complexidade.

*(Com adaptações) Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/o-que-faz-o-juiz-leigo/>*

**Questão 1** – Com fundamento nas informações presentes no texto, analise as afirmativas e marque a opção CORRETA:

- a) A expressão “este profissional” (linha 24) retoma coesivamente o mesmo referente que “este” (linha 17).
- b) A atribuição dos juízes leigos na área cível é diferente das suas atribuições na área criminal.
- c) A expressão “Em qualquer situação” (linha 17) refere-se tanto à área cível quanto à área criminal.
- d) A previsão do artigo 98, em seu do inciso I, da Carta Magna determina que os juízes leigos atuem em todos os tribunais.
- e) A expressão “sete anos depois” (linha 7) possui como marcos temporais a Constituição e a Lei nº 9.099.



**Questão 2** – Na frase “Em qualquer situação, este pode fazer alterações ou ainda pedir àquele a realização de novos atos probatórios” (linhas 17 e 18), o uso do acento grave se justifica pela regência do verbo. Marque a opção em que a mesma regência pode ser identificada.

- a) Não há caso mais racional de um Ministro pedir para antecipar o voto.
- b) Eu ia pedir que ele, no mínimo, mandasse sustar o ato até averiguar a veracidade ou não do fato.
- c) Os candidatos pediram para que o professor revisasse todo o conteúdo.
- d) Pediram-lhe perdão para que não houvesse mágoas e ressentimentos.
- e) Durante a reunião, pediu-se que houvesse silêncio.

**Questão 3** – Com relação à pontuação, indique a alternativa em que a reescritura do trecho viola as orientações norma culta da língua.

- a) “A figura do juiz leigo no Brasil é antiga, desde a época do Brasil Colônia” - A figura do juiz leigo, no Brasil, é antiga: desde a época do Brasil Colônia.
- b) “Este profissional já atua em estados como Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e segundo magistrados togados, têm desempenhado importante papel na solução rápida dos litígios de menor complexidade” - Este profissional já atua em estados como Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; e – segundo magistrados togados – têm desempenhado importante papel na solução rápida dos litígios de menor complexidade.
- c) “Sua atribuição, hoje, está prevista na Constituição Federal, de 1988, no contexto da criação dos juizados especiais” - Sua atribuição, hoje está prevista na Constituição Federal de 1988, no contexto da criação dos juizados especiais.
- d) “O juiz leigo desempenha algumas funções que antes apenas o juiz togado poderia exercer, entre elas, tentar a conciliação entre as partes – papel que também pode ser exercido pelo conciliador” - O juiz leigo desempenha algumas funções que antes apenas o juiz togado poderia exercer; entre elas, tentar a conciliação entre as partes, papel que também pode ser exercido pelo conciliador.
- e) “Sete anos depois, a Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995) trouxe mais detalhes sobre as atribuições dos juízes leigos” - Sete anos depois, a Lei dos Juizados Especiais – Lei nº 9.099/1995 – trouxe mais detalhes sobre as atribuições dos juízes leigos.



**Texto 2**

**ALIENAÇÃO PARENTAL INTRAFAMILIAR: AMBIENTE FAMILIAR HOSTIL**

Saulo Góes Pinto

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)

A síndrome da alienação parental é caracterizada pela campanha de desqualificação entre membros familiares – na maioria das vezes, pais e mães – que estão passando ou já passaram por um processo de separação ou divórcio. As condutas de alienação parental não são aceitas pelo ordenamento jurídico pátrio e são vedadas pela Lei nº 12.318/2010. Andou bem o legislador nacional ao tentar impedir que as condutas de alienação parental sejam praticadas, uma vez que entre as graves consequências sofridas pela criança ou pelo adolescente estão a depressão, a baixa autoestima, o complexo de resgate e as diversas formas de sofrimento emocional.

A problemática do presente estudo ocorre quando o casal não está em um processo de divórcio ou separação, mas mesmo assim a alienação ocorre. Ou seja, é imprescindível a separação em concreto para que a alienação parental ocorra? Caso a alienação parental ocorra em uma família que não possui a intenção de se separar, quais agentes podem vir ao socorro da criança ou do adolescente envolvido? Esses são assuntos discutidos neste artigo.

*(Com adaptações)*

*Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-artigos>*

**Questão 4** – O texto é um breve resumo de um artigo científico, disponível no site da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Nele, o autor define inicialmente a Síndrome da Alienação Parental como um fenômeno vivido por genitores “que estão passando ou já passaram por um processo de separação ou divórcio”. Logo depois, afirma que “a problemática do presente estudo ocorre quando o casal não está em um processo de divórcio ou separação, mas mesmo assim a alienação ocorre”. Considerando a organização do texto, bem como a pertinência, a relevância e a coerência dos argumentos articulados, é possível dizer que:

- a) a ausência do divórcio ou da separação são um problema para os juízes condenarem o genitor alienador, por descaracterização da alienação.
- b) o autor está afirmando que se não ocorreu o divórcio então não pode ser caracterizada a Síndrome da alienação parental.
- c) existe uma incoerência argumentativa entre os dois parágrafos do texto.
- d) o autor define inicialmente o instituto da alienação parental e observa que a desqualificação do genitor, normalmente, decorre de um processo de divórcio ou separação, mas levanta, a título de problema científico, a reflexão sobre a indispensabilidade dessa característica e quais as consequências de sua ocorrência.
- e) O segundo parágrafo funciona como um argumento de oposição ao primeiro, negando e ampliando a definição inicial.



**Questão 5** – A produção de um texto argumentativo costuma se valer de diversas estratégias que promovam a busca da persuasão. Identifique a única alternativa que indica uma estratégia que NÃO está presente no texto 2.

- a) repetição proposital de ideias para reforço do raciocínio.
- b) definição do instituo para construção de um problema.
- c) argumento de autoridade.
- d) tópico frasal por interrogação.
- e) citação direta.

**Questão 6** – O título do texto 2 estabelece uma relação semântica entre duas ideias (alienação parental intrafamiliar / ambiente familiar hostil). Identifique a opção que represente de maneira adequada a relação semântica que une esses dois elementos.

- a) Alienação parental intrafamiliar, apesar do ambiente familiar hostil.
- b) Alienação parental intrafamiliar, em contexto de ambiente familiar hostil.
- c) Alienação parental intrafamiliar, cujo ambiente familiar hostil.
- d) Alienação parental intrafamiliar, e ambiente familiar hostil.
- e) Alienação parental intrafamiliar, para um ambiente familiar hostil.

**Questão 7** – Observe a substituição vocabular em cada contexto e identifique aquela que MUDA o sentido original do texto.

- a) É permitido pelo ordenamento jurídico pátrio aplicar sanções ao genitor alienador – É defeso pelo ordenamento jurídico pátrio aplicar sanções ao genitor alienador.
- b) A síndrome da alienação parental é caracterizada pela campanha de desqualificação entre membros familiares – A síndrome da alienação parental é caracterizada pelo esforço de desqualificação entre membros familiares.
- c) As condutas de alienação parental não são aceitas pelo ordenamento jurídico pátrio – Os comportamentos de alienação parental não são aceitos pelo ordenamento jurídico pátrio.
- d) Andou bem o legislador nacional ao tentar impedir que as condutas de alienação parental sejam praticadas – Agiu bem o legislador nacional ao tentar impedir que as condutas de alienação parental sejam praticadas.
- e) É imprescindível a separação em concreto para que a alienação parental ocorra? - É primordial a separação em concreto para que a alienação parental ocorra?



**Questão 8** – Identifique em qual das opções abaixo a substituição do termo sublinhado pelo termo em parênteses geraria um equívoco quanto à concordância verbal, independente da mudança de sentido na frase.

- a) Existem muitos exemplos de condutas de alienação na lei (um conjunto de exemplos).
- b) A síndrome da alienação parental é caracterizada pela campanha de desqualificação entre membros familiares (O fenômeno alienador).
- c) A problemática do presente estudo ocorre quando o casal não está em um processo de divórcio ou separação (Uma série de desdobramentos).
- d) Há a possibilidade em que um genitor aliena o outro ainda no curso do casamento ou da união estável (muitas hipóteses).
- e) Com a medida, cerca de 50 milhões de pessoas serão beneficiados (50 milhões de genitores).

**Questão 9** – Identifique em qual das frases abaixo a assertiva NÃO observa o uso da norma culta no que se refere ao uso da crase.

- a) Um direito penal seletivo e absolutamente ineficiente em relação à criminalidade de colarinho branco criou um país de ricos delinquentes.
- b) Conheça as vantagens do ensino à distância e saiba como o MEC vem observando a transição do ensino presencial para essa outra modalidade de ensino.
- c) O modelo anterior que tínhamos, de financiamento por empresas, era contrário à moralidade administrativa e à decência política
- d) Precisamos superar o preconceito e a desconfiança que ainda existem no Brasil quanto à iniciativa privada e ao empreendedorismo.
- e) As depressões e recessões econômicas, embora imponham evidentes restrições financeiras ao Estado e à sociedade, não podem servir de argumento para a paralisação de políticas públicas sociais.

**Questão 10** –Observe a imagem abaixo.

### Texto 3



Considerando as informações verbais e não verbais presentes o texto 3, bem como a natureza publicitária da publicação na rede social, indique qual a função da linguagem predominante.

- a) função emotiva.
- b) função conativa.
- c) função poética.
- d) função metalinguística.
- e) função referencial.

Fonte da imagem: Disponível em:

<https://www.facebook.com/cnj.oficial/photos/a.191159914290110/2503170463089032/?type=3>



## DIREITOS HUMANOS

**Questão 11** - Após a incorporação de um tratado internacional ao ordenamento jurídico brasileiro, conforme as regras previstas na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, qual é o status dessa norma?

- a) Emenda Constitucional sempre que a norma versar sobre a proteção de direitos humanos, independente do processo de aprovação no Congresso Nacional.
- b) Emenda Constitucional sempre que a norma foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro antes da Emenda Constitucional de 45/04.
- c) Lei ordinária: São os tratados de direitos humanos que passam por aprovação pelo procedimento ordinário, ou seja, por maioria simples
- d) Norma Supralegal: São os tratados de direitos humanos que passam por aprovação pelo procedimento ordinário, ou seja, por maioria simples.
- e) Lei ordinária: São os tratados que não versam sobre direitos humanos.

**Questão 12** - Escolha a alternativa incorreta em relação aos parágrafos do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- b) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- e) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**Questão 13** - Qual é o órgão responsável pela homologação das decisões proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil?

- a) Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- b) Superior Tribunal de Justiça (STJ)
- c) Supremo Tribunal Federal (STF)
- d) Conselho da Justiça Federal (CJF)
- e) Nenhum órgão, pois essas decisões não requerem homologação para a produção de efeitos no Brasil



**Questão 14** - Paulo, de 70 anos, ingressou com uma ação em uma das Varas do Juizado Especial de Manaus sem a assistência de advogado, pleiteando a prisão civil de Pedro, seu inquilino, diante da inadimplência do pagamento de aluguel há 5 meses, acumulando uma dívida de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Considerando o Direito Internacional e as normas aplicáveis no Brasil sobre a prisão civil por dívida, assinale a alternativa correta:

- a) Paulo não poderia ajuizar a ação sem advogado, pois a advocacia é essência à Administração da Justiça e, portanto, obrigatória também nos Juizados Especiais.
- b) Paulo pode solicitar a prisão civil de Pedro sem advogado, uma vez que o Estatuto do Idoso lhe concede proteção especial e permite que pessoas idosas postulem em juízo sem advogados.
- c) O pedido de prisão civil deverá ser acolhido, desde que comprovada a inadimplência de Pedro.
- d) O pedido é incabível, pois o Brasil, ao assinar o Pacto de San José da Costa Rica, aboliu a prisão civil por dívida, salvo em casos de inadimplência de pensão alimentícia, conforme previsto no artigo 7º, §7º.
- e) O pedido é incabível, pois o Brasil, ao assinar o Pacto de San José da Costa Rica, aboliu a prisão civil por dívida, salvo em casos de inadimplência de pensão alimentícia e do depositário infiel, conforme previsto no artigo 7º, §7º.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

**Questão 15** - Assinale a alternativa incorreta sobre controle de constitucionalidade concentrado no Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

- a) São legitimados para a propositura de ação visando ao controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos federais no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) A ação declaratória de constitucionalidade (ADC) é um meio processual previsto para a declaração de constitucionalidade de leis ou atos normativos federais, não sendo aplicável diretamente a atos municipais.
- c) No controle concentrado, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é cabível quando não houver outro meio eficaz para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, conforme previsto na Constituição.
- d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em ADI e ADC produzem eficácia contra todos e efeito vinculante. Tais efeitos não vinculam, contudo, o próprio STF.
- e) A Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal e as Mesas das Assembleias Legislativas dos Estados têm legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o STF, porém devem demonstrar pertinência temática com o objeto da ação.



**Questão 16** – De acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete ao Estado fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- b) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- c) Cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.
- d) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- e) A decisão de um órgão fracionário de um tribunal não viola a cláusula de reserva de plenário quando afasta a incidência de uma lei ou ato normativo do poder público, mesmo que declare expressamente a sua inconstitucionalidade.

**Questão 17** – Sobre o mandado de segurança, é CORRETO afirmar:

- a) Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública processar e julgar o mandado de segurança contra ato de autoridade estadual que não detenha foro por prerrogativa de função, desde que o valor atribuído à causa pelo impetrante não exceda o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos.
- b) Aplica-se a teoria da encampação ao mandado de segurança quando existir vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou as informações e que ordenou a prática do ato impugnado ou quando houver manifestação a respeito do mérito nas informações.
- b) Aplica-se ao mandado de segurança a teoria da encampação quando presentes, cumulativamente, a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado, houver manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas e não ocorra modificação de competência estabelecida na Constituição Federal para processar e julgar o writ.
- d) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição, que será realizado pela Turma Recursal, caso se trate de sentença proferida no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- e) A sentença ou acórdão que denegar a segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente promova ação própria para pleitear seus direitos e respectivos efeitos patrimoniais, de modo que, proposta perante o Juizado Especial da Fazenda Pública se o valor da causa for de até 60 (sessenta) salários-mínimos, deverá ser proferida sentença de extinção sem resolução do mérito, ante a existência da coisa julgada.



**Questão 18** – Conforme as disposições da Constituição e o entendimento jurisprudencial dominante a respeito da acumulação remunerada de cargos públicos, indique a alternativa incorreta:

- a) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) A soma dos ganhos obtidos em cada um dos cargos licitamente acumulados deve respeitar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.
- c) Havendo compatibilidade de horários e observando-se o teto constitucional, é permitida a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas
- d) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor com incompatibilidade de horários.
- e) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos técnicos ou científicos.

**Questão 19** – Acerca da disciplina constitucional da nacionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se brasileiro nato aquele nascido no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- b) Considera-se brasileiro nato aquele nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Considera-se brasileiro naturalizado aquele nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) Considera-se brasileiro naturalizado aquele que, na forma da lei, adquira a nacionalidade brasileira, exigindo-se aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- e) Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.



**DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

**Questão 20** – Considerando os conceitos, espécies, atributos e elementos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com os elementos dos atos administrativos, a afirmação de que nenhum ato pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para tal corresponde à finalidade do ato.
- b) Os atos administrativos discricionários, ao contrário dos vinculados, são aqueles em que a Administração não precisa observar os critérios da legalidade, podendo agir com liberdade de escolha.
- c) A revogação de um ato administrativo ocorre por razões de ilegalidade, enquanto a anulação é uma decisão baseada em critérios de conveniência e oportunidade.
- d) Os atributos de um ato administrativo são imperatividade, autoexecutoriedade e presunção absoluta de legitimidade.
- e) O atributo da presunção de legitimidade dos atos administrativos significa que, uma vez praticado, o ato administrativo presume-se legítimo e válido, mas essa presunção é relativa e admite prova em contrário.

**Questão 21** - A Administração Pública Federal decidiu reorganizar internamente um de seus Ministérios, criando novas diretorias e subdivisões dentro da estrutura já existente, com o objetivo de aumentar a eficiência na execução das políticas públicas. Cada nova diretoria foi atribuída a um setor específico e recebeu competência para atuar de forma autônoma dentro dos limites definidos pelo Ministério. Essa reorganização caracteriza:

- a) Descentralização administrativa, pois envolve a criação de novas entidades com personalidade jurídica própria.
- b) Desconcentração administrativa, pois ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, distribuindo competências internamente.
- c) Delegação de competência, pois transfere poderes de decisão para outras entidades da administração indireta.
- d) Avocação de competência, pois traz para o Ministro a decisão sobre todas as questões internas.
- e) Terceirização administrativa, pois envolve a contratação de terceiros para executar serviços públicos.



**Questão 22** – Nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), constituem exigências para a validade da contratação temporária de agentes públicos para atender excepcional interesse público, EXCETO:

- a) A existência de lei específica de cada Ente, prevendo os casos excepcionais que permitem a contratação.
- b) Que a contratação seja por tempo determinado.
- c) Que a contratação seja indispensável, sendo vedada para os serviços ordinários permanentes do Estado que estejam sob o espectro das contingências normais da Administração.
- d) Prévia submissão a concurso público, de provas ou de títulos.
- e) Submissão da relação funcional ao regime jurídico-administrativo, distinto do regime celetista.

**Questão 23** – Sobre o controle da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

- a) O Poder Judiciário, no exercício da atividade jurisdicional, pode revogar atos administrativos praticados por agentes da Administração Direta, desde que eivados de ilegalidade.
- b) A anulação de atos administrativos sempre depende de provocação da parte interessada, em observância ao princípio da impessoalidade e à presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- c) O controle administrativo não se aplica às entidades da Administração Indireta, que dispõem de mecanismos internos de fiscalização dos seus próprios atos.
- d) O controle administrativo por vinculação ou supervisão ministerial é exercido pela Administração Direta sobre as entidades descentralizadas, em decorrência das relações de subordinação e hierarquia existentes entre ambas.
- e) O controle externo é exercido por um Poder em relação aos atos administrativos praticados por agentes de outro Poder.

**Questão 24** – De acordo com o art. 37, §6º, da CRFB/1988, “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Na sua atuação funcional, o agente público não atua em nome próprio, mas em nome da Administração Pública. Por esse motivo, o Supremo Tribunal Federal entende que o dispositivo constitucional:

- a) Possibilita ao particular optar por propor a ação em face da pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público ou do agente público causador do dano.



- b) Exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público e o agente público causador do dano.
- c) Consagra garantia ao particular, possibilitando-lhe ajuizar a ação diretamente contra a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado que preste serviço público e ao servidor público, de somente ser demandado em ação regressiva.
- d) Possibilita a formação de litisconsórcio passivo facultativo entre a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público e o agente público.
- e) Permite ao particular propor a ação somente em face da pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público ou em face dessas e do agente público, mas não o autoriza a propor a ação diretamente contra o agente público com a mesma causa de pedir.

## **DIREITO CIVIL**

---

**Questão 25** – Wilson A.B.C. ajuizou perante o Juizado Especial de Itacoatiara ação declaratória de inexistência de débitos em face do Banco DEF S/A opondo-se a determinadas cobranças de empréstimo consignado feitas diretamente em seu contracheque. Wilson A.B.C. se qualificou como residente no Bairro Flores, em Manaus, AM, tendo como profissão sargento do Exército Brasileiro, no serviço ativo. Apresentou comprovante de endereço do Bairro Jauary, em Itacoatiara, AM, e para comprovar os descontos, contracheque em que se vê que está lotado no Comando do Exército de São Gabriel da Cachoeira, AM. O Banco DEF S/A é uma instituição financeira de pequeno porte, cujos estabelecimentos e única sede administrativa se localizam somente em Salvador, BA. Diante da situação acima exposta, marque a opção incorreta de acordo com o Código Civil e legislação correlata:

- a) o Código Civil admite, de modo geral, que qualquer pessoa natural possa ter mais de uma residência onde viva alternadamente e que qualquer uma delas possa ser considerado seu domicílio;
- b) o domicílio de Wilson A.B.C. é São Gabriel da Cachoeira, AM;
- c) caso uma pessoa transfira sua residência habitual, com a intenção manifesta de mudar, muda-se também seu domicílio;
- d) o domicílio do Banco DEF S/A é Salvador, BA;
- e) o contrato de empréstimo consignado entre Wilson A.B.C. e Banco DEF S/A poderia especificar domicílio onde as partes cumpririam as obrigações resultantes da avença, independentemente da forma de sua celebração.



**Questão 26** - Ana A.B.C. e Júlia E.F.G., maiores de idade e plenamente capazes vivem em união estável e resolveram se casar. Contrataram a empresa de eventos Show Ltda para organizar sua festa de casamento, incluindo roupas, aluguel da casa de festas, decoração, música, coquetel e bebidas, pelo preço de R\$ 50.000,00, dividido em três pagamentos. A empresa Show Ltda cobrou uma entrada de 40% do valor a ser pago com seis meses de antecedência do evento, outros 30% com antecedência de três meses, e 30% a serem pagos com sete dias de antecedência da festa. A forma de pagamento acordada entre as partes era o depósito na conta bancária da empresa, diretamente, ou por transferência bancária, ou ainda por Pix, tendo sido o número da conta e a chave fornecidas por Show Ltda no contrato que Ana e Júlia assinaram, obrigando-se estas solidariamente ao pagamento da festa. A empresa Show Ltda contratou terceiros para os diversos serviços envolvidos na organização da festa de casamento.

Diante da situação acima exposta, marque a opção incorreta de acordo com o Código Civil:

- a) Os pagamentos podem ser feitos por Ana e por Júlia, em cada uma das parcelas, arcando cada uma delas com a metade da prestação;
- b) Se as noivas deixarem de efetuar o pagamento de uma das parcelas, Show Ltda pode cobrar de qualquer uma delas;
- c) O pai de Júlia pode assumir a dívida das noivas, bastando que comunique Show Ltda;
- d) O pagamento sem atraso realizado por depósito bancário na conta bancária informada por Show Ltda desobriga Ana e Júlia, e ainda que estas queiram pagar com títulos do tesouro nacional, em valor superior às parcelas, Show Ltda pode se recusar a receber;
- e) Na eventualidade de Show Ltda alterar seu domicílio bancário e sua chave Pix e inadvertidamente deixar de comunicar às noivas, Ana e Júlia podem efetuar depósito judicial para evitar a inadimplência, atraso e as consequentes penalidades relativas a mora.

**Questão 27** – Acerca do instituto da Doação, nos termos do Código Civil vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A doação somente pode ser feita mediante escritura pública.
- b) A doação somente pode ser feita mediante instrumento particular.
- c) É vedada a doação realizada verbalmente.
- d) É válida a estipulação de cláusula que preveja que os bens doados voltem ao patrimônio do doador, se sobreviver ao donatário.
- e) Somente se permite a doação de ascendente a descendente com a concordância dos demais descendentes.



**Questão 28** – Quanto a responsabilidade civil por atos de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) Os filhos incapazes podem ser subsidiariamente responsabilizados pelos danos que causarem.
- b) Pelo princípio da reparação integral, indenização a ser paga pelo menor incapaz deve corresponder a integralidade do dano por ele causado, de forma que não é dado ao magistrado reduzir o valor.
- c) Os pais do menor causador do dano, caso arquem com o valor da reparação, têm resguardado o direito de regresso contra o filho.
- d) A responsabilidade civil dos pais pelos atos danosos do filho menor se dá na modalidade subjetiva.
- e) O ascendente e o descendente menor são solidariamente responsáveis pelo ato danoso praticado por este.

**Questão 29** – Sobre a posse no direito brasileiro, é correto afirmar:

- a) O direito brasileiro, quanto à justificação da posse, adotou a teoria subjetiva de Savigny, segundo a qual a caracterização da posse demanda a presença do elemento material (*corpus*) e do elemento subjetivo (*animus domini*).
- b) À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, considera-se detentor, em relação ao Poder Público, aquele que ocupa indevidamente um imóvel público, não tendo direito à indenização por benfeitorias ou acessões, assim como ao direito de retenção.
- c) A posse injusta é aquela em que o possuidor não ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- d) Será de boa-fé a posse que não for adquirida mediante violência, clandestinidade ou precariedade.
- e) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis e pode levantar as voluptuárias, se não causar prejuízo à coisa. Já o possuidor de má-fé não terá direito à indenização por benfeitorias, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias.



**Questão 30** – À luz do direito de vizinhança previsto no Código Civil, assinale a opção correta:

- a) O proprietário ou possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização da propriedade vizinha, não podendo ser obrigado a tolerá-las, ainda que justificadas por interesse público.
- b) O proprietário de um prédio não tem o direito de cortar as raízes e os ramos de árvore que ultrapassem o limite do prédio e invadirem o plano vertical da sua propriedade.
- c) Na hipótese de um imóvel encravado, ou seja, que não tem acesso à via pública, nascente ou porto, terá o proprietário o direito de constranger o seu vizinho a lhe fornecer passagem, mediante pagamento de indenização cabal.
- d) É reconhecido o direito de aqueduto aos proprietários que não dispõem de acesso às águas indispensáveis às primeiras necessidades da vida, podendo construir canais através de prédios alheios, independentemente do pagamento de indenização aos proprietários prejudicados.
- e) O proprietário tem a prerrogativa de construir janela, eirado, terraço ou varanda em área urbana, desde que o faça mantendo uma distância de três metros do terreno vizinho, em caso de visão direta, ou de metro e meio, em caso de visão oblíqua.

#### **PROCESSO CIVIL**

---

**Questão 31** – De acordo com a expressa dicção do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), NÃO é uma intervenção de terceiros típica:

- a) Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- b) Amicus Curiae.
- c) Chamamento ao processo.
- d) Nomeação à autoria.
- e) Denúnciação da Lide.



**Questão 32** – Assinale a alternativa incorreta sobre Litisconsórcio nos termos expresso na Lei n. 13.105/2015 (CPC – Código de Processo Civil):

- a) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- b) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- c) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- d) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.
- e) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

**Questão 33**- A petição inicial é elemento essencial do processo civil, devendo atender a requisitos específicos para a sua validade. Considerando a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil - CPC), assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial será considerada inepta quando contiver parte manifestamente ilegítima ou o autor carecer de interesse processual;
- b) Até a citação, o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedido com consentimento do réu;
- c) A petição inicial deverá ser indeferida caso não indique os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, ainda que seja possível sua citação;
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que sejam conexos.
- e) Considera-se alternativo o pedido quando o devedor, pela natureza da obrigação, puder cumprir a prestação de mais de um modo.



**Questão 34** – Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. No que tange ao instituto da coisa julgada, assinale a alternativa incorreta:

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- b) É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- c) Os motivos fazem coisa julgada quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada.
- e) A decisão que concede a tutela antecipada requerida em caráter antecedente não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.

**Questão 35** – No que concerne ao cumprimento de sentença e à execução no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O cumprimento de sentença que impõe obrigação de pagar quantia pode ser promovido antes do trânsito em julgado, quando a sentença for impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo.
- b) A impugnação ao cumprimento de sentença não suspende automaticamente o cumprimento da sentença, mas ficam vedados os atos de expropriação.
- c) Na execução de obrigação de fazer, a aplicação de multa depende de requerimento da parte, pois é vedado ao juiz agir de ofício na fase executiva.
- d) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa, o direito de retenção por benfeitorias pode ser alegado em embargos à execução.
- e) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de prestar alimentos, o executado será intimado pessoalmente para, em 15 dias, pagar voluntariamente o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de prisão civil.



**Questão 36** – Quanto à competência para o cumprimento de sentença e de acordo com o CPC, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do princípio da menor onerosidade, o exequente pode definir o local da execução, desde que seja mais benéfico ao executado.
- b) O cumprimento de sentença deve ser ajuizado no local onde o devedor possuir bens.
- c) O cumprimento da sentença será efetuado perante os tribunais nas causas de sua competência originária.
- d) O autor deverá distribuir o cumprimento de sentença perante o mesmo juízo que decidiu a causa em primeiro grau.
- e) O cumprimento de sentença deverá ser processado exclusivamente no domicílio do executado.

### **JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

---

**Questão 37** – Marque a alternativa que contém EXCLUSIVAMENTE princípios (critérios) processuais aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis, expressamente previstos na Lei n. 9.099/95:

- a) Simplicidade, contraditório e ampla defesa e legalidade.
- b) Informalidade, simplicidade e oralidade.
- c) Informalidade, unicidade procedimental e economia processual.
- d) Economia processual, eficiência e publicidade dos julgamentos.
- e) Celeridade, cooperação e primazia do julgamento de mérito.

**Questão 38** – A Lei n. 9.099/95 estabelece limitações à capacidade processual das partes, impedindo que determinados sujeitos demandem nos Juizados Especiais. Marque a alternativa que apresenta um sujeito dotado de capacidade para ser parte nos Juizados Especiais Cíveis:

- a) O preso.
- b) O incapaz.
- c) A empresa de pequeno porte.
- d) O insolvente civil.
- e) A pessoa jurídica de direito público.



**Questão 39** – No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- a) A contagem dos prazos, sejam eles estabelecidos por lei ou pelo juiz, será feita em dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do término.
- b) A prática de atos processuais em outras comarcas sempre dependerá de solicitação por meio de carta precatória.
- c) Os atos processuais serão considerados válidos se atingirem sua finalidade, não devendo ser declarada qualquer nulidade, caso não tenha havido prejuízo às partes.
- d) Não é permitido formular pedido genérico, devendo o pedido ser sempre certo, a fim de determinar a extensão da obrigação.
- e) Tanto a reconvenção quanto o pedido contraposto são admissíveis, obedecidos os respectivos pressupostos legais.

**Questão 40** – Acerca da revelia, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:

- a) Apenas será considerado revel o réu que não comparecer à sessão de conciliação.
- b) A revelia somente ocorrerá quando o réu estiver ausente à audiência de instrução e julgamento.
- c) Em caso de revelia, o juiz será obrigado a julgar procedente o pedido do autor, salvo se houver expressa disposição legal em sentido contrário.
- d) O réu revel não poderá interpor recurso contra a sentença proferida.
- e) a revelia implica a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor, exceto se o contrário resultar da convicção do juiz com base nas provas dos autos.

**Questão 41** – No que tange ao rito probatório no juizado especial, assinale a alternativa correta com base na Lei n.º 9.099/96:

- a) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento, não sendo cabível a determinação da condução coercitiva.
- b) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
- c) A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- d) A conciliação poderá ser conduzida pelo Juiz leigo, porém a instrução deverá ser dirigida apenas pelo Juiz togado.
- e) Considerando os princípios da simplicidade, economia processual e celeridade, não caberá ao Juiz realizar inspeção em pessoas ou coisas, por se tratar de prova incompatível com o rito dos juizados especiais.



**Questão 42** – No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, disciplinados pela Lei nº 9.099/96, os conciliadores e os juízes leigos desempenham papéis fundamentais na condução dos processos, garantindo celeridade e efetividade na prestação jurisdicional. Com base nos dispositivos legais pertinentes, responda às seguintes perguntas:

- a) O juiz leigo, além de conduzir a audiência de instrução e julgamento, também possui competência para homologar acordos realizados durante a audiência de conciliação mediante decisão com eficácia de título executivo.
- b) Serão admitidos todos os meios de prova moralmente legítimos e especificados em lei para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- c) O falecimento do réu implica na extinção do processo sem julgamento do mérito, na medida em que o rito simplificado dos juizados especiais não admite a habilitação de sucessores.
- d) As partes poderão arrolar até o máximo de três testemunhas para cada, que serão levadas pela parte que as tenha arrolado, não cabendo pedido de intimação de testemunhas à Secretaria,
- e) Em caso de ausência do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

**Questão 43** – Sobre o tema sentença, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei 9.099/95:

- a) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, sendo dispensável tanto o breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência quanto o relatório.
- b) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei n. 9.099/95.
- c) A sentença condenatória ilíquida só será admitida quando o pedido for genérico.
- d) Da sentença, inclusive a homologatória de conciliação, caberá recurso para o próprio Juizado.
- e) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la ou proferir outra em substituição, não podendo, contudo, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis antes de se manifestar.



**Questão 44** – Em relação aos recursos nos Juizados Especiais Cível (Lei n. 9.099/95):

- a) Contra a sentença proferida nos Juizados Especiais Cíveis caberá recurso de apelação.
- b) Poderão ser interpostos embargos de declaração quando a sentença ou o acórdão apresentarem obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.
- c) Os erros materiais não podem ser corrigidos de ofício pelo juiz, em razão do princípio da adstrição.
- d) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- e) O recurso inominado será recebido somente no efeito devolutivo, mas o juiz poderá conceder-lhe efeito suspensivo quando necessário para evitar dano irreparável à parte.

### **JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA**

---

**Questão 45** – Marque a opção correta de acordo com legislação de regência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e legislação correlata:

- a) todos os pedidos em face dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas com valor de alçada inferior a sessenta salários mínimos devem ser ajuizados obrigatoriamente perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública;
- b) causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas são inadmissíveis nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;
- c) pessoas físicas, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 e as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999 podem ser autores de ações nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;
- d) os réus nos Juizados Especiais da Fazenda Pública gozam das mesmas prerrogativas previstas na lei processual comum, incluindo a contagem em dobro dos prazos processuais;
- e) durante a fase de conciliação nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nas audiências conduzidas exclusivamente por magistrados togados, podem ser ouvidas as partes e mesmo testemunhas.



**Questão 46** – Marque a opção correta de acordo com legislação de regência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e legislação correlata:

- a) a legislação é silente acerca da possibilidade de o juiz deferir pedidos antecipatórios nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, mas é possível que tais pedidos sejam conhecidos e providos com base na legislação processual comum, aplicada subsidiariamente, como ocorre nos Juizados Especiais Cíveis;
- b) a aplicação subsidiária da legislação processual comum nos Juizados Especiais da Fazenda Pública permite que as causas relativas a sanções disciplinares aplicadas a militares sejam conduzidas com base nas normas administrativas da corporação;
- c) representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação;
- d) nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, excepcionalmente, e nos casos onde o parecer de profissional especializado é imprescindível, deve ser realizada perícia, nos moldes previstos no Código de Processo Civil, não se admitindo que seja tal prova seja substituída por nenhuma outra espécie de prova, exame, ou laudo técnico;
- e) se na fase de conciliação nos Juizados Especiais da Fazenda Pública não se obter autocomposição, deve o juiz passar a presidir a instrução processual, vedada a dispensa de depoimentos em qualquer hipótese.

**Questão 47** – Maria ajuizou uma ação no Juizado Especial da Fazenda Pública contra o Município Y, buscando a revisão de um ato administrativo que determinou o pagamento de uma taxa indevida. A sentença julgou o pedido improcedente, e Maria recorreu à Turma Recursal, que manteve a decisão. Diante disso, Maria pretende recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), alegando que a decisão da Turma Recursal violou dispositivo de lei federal.

Com base nas regras recursais aplicáveis ao sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso deve ser conhecido, mas será provido apenas se demonstrada a violação de lei federal na decisão da Turma Recursal.
- b) São cabíveis tanto recurso especial ao STJ quanto recurso extraordinário ao STF, se a matéria envolver questões infraconstitucionais e constitucionais.
- c) Maria poderá interpor recurso extraordinário ao STF, se demonstrar que a decisão da Turma Recursal violou diretamente a Constituição Federal.
- d) As decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Fazenda Pública são definitivas, não cabendo qualquer recurso aos tribunais superiores.
- e) Maria poderá interpor recurso extraordinário ao STF ou recurso especial ao STJ, dependendo da natureza da questão jurídica envolvida.



**Questão 48** – Antônio Pio ajuizou execução de título extrajudicial em face do Estado do Amazonas. O ente público, através da PGE-AM, opôs embargos do executado. Os embargos foram julgados improcedentes. A PGE-AM interpôs recurso inominado. Considerando o caso concreto, assinale a alternativa correta:

- a) o recurso inominado contra a decisão que julgou improcedente os embargos terá efeito devolutivo e suspensivo. Além disso, comportará juízo de retratação.
- b) o recurso inominado contra a decisão que julgou improcedente os embargos terá efeito devolutivo, mas não suspensivo. Além disso, comportará juízo de retratação.
- c) o recurso inominado contra a decisão que julgou improcedente os embargos não terá efeito devolutivo e suspensivo, mas comportará juízo de retratação.
- d) o recurso inominado contra a decisão que julgou improcedente os embargos terá efeito devolutivo, mas não suspensivo. Além disso, não comportará juízo de retratação.
- e) as decisões em sede de execução de título executivo extrajudicial são irrecorríveis.

#### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

**Questão 49** - Aponte a alternativa correta quanto aos conceitos de consumidor e fornecedor, segundo a lei, doutrina e jurisprudência dominantes.

- a) Segundo a teoria finalista ou subjetiva, considera-se consumidor aquele que retira o produto ou serviço do mercado e o consome. É o destinatário fático do produto ou serviço.
- b) Segundo a teoria maximalista ou objetiva, considera-se consumidor aquele que retira o produto ou serviço do mercado e o consome, sem reinseri-lo na cadeia produtiva. É o destinatário fático e econômico do produto ou serviço.
- c) Para a definição de consumidor, a jurisprudência tem se posicionado pela adoção da teoria finalista mitigada, de modo que se considera consumidor aquele que, embora não seja tecnicamente o destinatário final do produto ou serviço, apresenta-se em situação de vulnerabilidade em relação ao fornecedor.
- d) Consumidor por equiparação ou “bystander” é o terceiro, vítima de um evento, que tenha sofrido um dano no mercado de consumo. Sua proteção é ditada pelo regime da responsabilidade civil contratual.
- e) Fornecedor, segundo o Código de Defesa do Consumidor, é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, exceto os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.



**Questão 50** - Quanto ao ônus da prova nas relações consumeristas, aponte a alternativa incorreta:

- a) A inversão do ônus da prova a favor do consumidor, no processo civil, dá-se quando for verossímil a alegação e for o consumidor hipossuficiente.
- b) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.
- c) São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;
- d) a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, é regra de instrução e não regra de julgamento, motivo pelo qual a decisão judicial que a determina deve ocorrer antes da etapa instrutória, ou quando proferida em momento posterior, garantir a parte a quem foi imposto o ônus a oportunidade de apresentar suas provas.
- e) No processo civil, a inversão do ônus da prova a favor do consumidor não depende de requerimento do interessado.

**Questão 51** - Assinale a alternativa incorreta de acordo com a dicção expressa do Código de Defesa do Consumidor (CDC, Lei n. 8.078/1990):

- a) O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- b) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador será responsabilizado mesmo quando a culpa pelo fato do produto for exclusiva de terceiro.
- c) O comerciante é igualmente responsável quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.
- d) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a época em que foi fornecido.
- e) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.



**Questão 52** - Sobre vício do produto, assinale a alternativa incorreta de acordo com a dicção expressa do Código de Defesa do Consumidor (CDC, Lei n. 8.078/1990):

- a) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expreso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
- b) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
- c) A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.
- d) São impróprios ao uso e consumo os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- e) O fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto inclui a possibilidade do fornecedor de empregar componentes de reposição que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo discordância expressa do consumidor.

**Questão 53** - Dentre os direitos básicos do consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), tem-se a inversão do ônus da prova a seu favor. Sobre o tema, assinale a opção correta.

- a) A inversão do ônus da prova é obrigatória em todos os litígios que envolvam consumidores e fornecedores, independentemente da situação.
- b) A inversão do ônus da prova se opera *ope iudicis*.
- c) A hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança de suas alegações são requisitos cumulativos para a inversão do ônus da prova.
- d) A inversão do ônus da prova se dá *ope legis*.
- e) A inversão do ônus da prova é uma regra de julgamento.

**Questão 54** - Acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Defesa do Consumidor adota a teoria maior, pois exige apenas o prejuízo ao credor.
- b) Não é possível a desconsideração inversa em demandas envolvendo relação de consumo.
- c) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica aos processos de competência dos juizados especiais.
- d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo, inclusive na fase de execução.
- e) As sociedades consorciadas só responderão por culpa.



## NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

---

**Questão 55** – Sobre as espécies tributárias, é CORRETO afirmar:

- a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária e possui como limite o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, independentemente do valor da despesa realizada.
- c) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, somente têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.
- d) A União, mediante lei, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência ou para investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- e) Compete à União, aos Estados e o Distrito Federal instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

**Questão 56** – De acordo com as limitações ao poder de tributar, previstos na Constituição da República de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei complementar que o estabeleça;
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitida a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, exceto quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.



**Questão 57** – Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- b) O crédito tributário só pode ser extinto pelo pagamento, não havendo outras hipóteses de extinção previstas no Código Tributário Nacional (CTN).
- c) A prescrição é o instituto que impede a constituição do crédito tributário após o decurso do prazo previsto em lei.
- d) O mandado de segurança não constitui a ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- e) São causas de suspensão do crédito tributário a moratória, o depósito de seu montante integral, o pagamento, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, e o parcelamento.

**Questão 58** – Com base nas súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre Direito Tributário, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a Súmula Vinculante nº. 19 do STF, é inconstitucional a cobrança de taxa de coleta de lixo residencial, por se tratar de serviço de utilidade pública e indivisível.
- b) De acordo com verbete da Súmula Vinculante do STF, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) não incide sobre locação de bens móveis.
- c) O STJ possui entendimento sumulado no sentido de que o contribuinte não pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- d) O STJ possui entendimento sumulado de que o município pode atualizar o IPTU mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e) Prevalece no STJ o entendimento de que cabe à legislação federal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.



**CÓDIGO DE ÉTICA DOS JUÍZES LEIGOS**

---

**Questão 59** – Acerca do Código de Ética dos Juízes Leigos, assinale a alternativa incorreta:

- a) é dever do juiz leigo dispensar tratamento igualitário às partes, independente de sua condição social, cultural, material ou qualquer outra situação de vulnerabilidade, e observar o equilíbrio de poder.
- b) os juízes leigos têm o dever de fundamentar os projetos de sentença, ainda que não especialistas em Direito.
- c) os juízes leigos estão sujeitos aos mesmos motivos de impedimento, mas não de suspeição dos juízes togados.
- d) em caso de descumprimento de seus deveres, juiz leigo poderá ser representado por qualquer pessoa perante o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados.
- e) é dever do juiz leigo subordinar-se às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado.

**Questão 60** – De acordo com a regulamentação da função de juiz leigo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, indique a alternativa correta:

- a) é requisito para o exercício da função de juiz leigo ser advogado com mais de 03 (três) anos de experiência na advocacia.
- b) o juiz leigo será designado por ato do Coordenador dos Juizados Especiais pelo período de três anos, sendo permitida uma recondução.
- c) no caso de impedimento do juiz leigo, será indicado outro juiz leigo para realizar os atos em seu lugar.
- d) caberá aos juízes leigos produzirem os projetos de atos judiciais relativos aos embargos de declaração opostos em face daqueles projetos por eles produzidos, não cabendo remuneração por esses projetos de sentença ou decisão de embargos de declaração.
- e) é permitido o exercício da função de juiz leigo por servidor do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.



**imprensa oficial**  
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Impresso na Imprensa Oficial  
do Estado do Amazonas.**